



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui o objeto do presente Termo de Referência **REGISTRO DE PREÇO PARA A RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE, NO QUE SE REFERE AOS ATENDIMENTOS DA SECRETARIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

ITEN	Qtd	Und	Descrição	Valor Estimado Unitário	Valor Total estimado
1	20	Mt ³	Recarga de Oxigênio Medicinal 10m ³	R\$ 31,87	R\$ 637,40
2	63	Mt ³	Recarga de Oxigênio Medicinal 7m ³	R\$ 28,60	R\$ 1.801,80
3	24	Mt ³	Recarga de Oxigênio Medicinal 6m ³	R\$ 30,75	R\$ 738,00
4	27	Mt ³	Recarga de Oxigênio Medicinal 3m ³	R\$ 66,87	R\$ 1.805,49
5	46	Mt ³	Recarga de Oxigênio Medicinal 2m ³	R\$ 80,00	R\$ 3.680,00
6	17	Mt ³	Recarga de Oxigênio Medicinal 1m ³	R\$ 121,23	R\$ 2.060,91
			Valor Total Estimado		R\$ 10.723,60

3. DA JUSTIFICATIVA

A justificativa desta aquisição refere-se à necessidade de gás medicinal (Oxigênio), para realização de atendimentos a eventos respiratórios agudos imediatos, eles são utilizados com o objetivo, por exemplo, de ventilar, oxigenar ou até mesmo anestesiá-la dor de um paciente. Devendo ser acessíveis em unidades de saúde, é preciso que conservem a sua pureza, disponibilizando o seu uso em qualquer momento emergencial.

Considerando que existe uma Ata de Registro de Preço vigente, porém, o quantitativo previsto foi insuficiente para a demanda da Secretaria de Saúde do município.

É fato notório o aumento de queimadas, e a extensa seca que se abateu sobre o país no ano de 2024, o que não foi diferente na região do nosso município, fato este que foi amplamente divulgado pela mídia:

“Brasil registra aumento de 104% nos focos de queimadas em 2024”

fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-09/brasil-registra-aumento-de-104-nos-focos-de-queimadas-em->



2024.

“Fumaça e fogo em números: gráficos e mapas mostram tamanho da crise ambiental no país”

Fonte: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/08/27/fumaca-e-fogo-em-numeros-graficos-e-mapas-mostram-tamanho-da-crise-ambiental-no-pais.ghtml>.

“Minas Gerais registra aumento de 50% nos focos de incêndios em vegetação; mais de 4 mil neste ano”

Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/08/22/minas-gerais-registra-aumento-de-50percent-nos-focos-de-incendios-em-vegetacao-quase-4-mil-neste-ano.ghtml>. “Minas Gerais é o quinto estado mais afetado por focos de incêndio durante o período de seca intensa”. Fonte: <https://defatoonline.com.br/minas-gerais-e-o-quinto-estado-mais-afetado-por-focos-de-incendio-durante-o-periodo-de-seca-intensa/>.

Como mencionado anteriormente, por ser caso de força maior, não é possível mensurar o quantitativo exato para o período de 01 ano, que é a vigência da Ata de Registro de Preço.

Com a seca e queimadas casticando nossa região, aconteceu também um grande aumento de doenças respiratórias, afetando os munícipes que são assistidos pela Secretaria de Saúde.

Vale salientar também, que o oxigênio medicinal é de suma importância para o tratamento de doenças de cunho respiratório, o que se justifica a aquisição do mesmo.

Desse modo, com a presente contratação busca-se assegurar a oferta contínua dos procedimentos que requerem o uso de gás medicinal, conforme a necessidade do atendimento imediato, prioritário e programado nas Unidades Básicas de Saúde, Posto de Saúde Nossa Senhora Aparecida e nas Ambulâncias que fazem transporte de pacientes em estado grave, sob prescrição Médica.

Justificando assim, a realização de um novo processo de Dispensa de licitação, e uma nova Ata de Registro de Preço, tendo em vista que o quantitativo da Ata anterior não foi suficiente.



4. OBJETIVO

Manter a oferta de Gás medicinal (oxigênio) para os atendimentos dos pacientes de urgência/emergência que necessitam de restabelecimento de condições respiratórias.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado á vista, a partir da entrega dos produtos, mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A prefeitura encaminhará a ordem de fornecimento após autorização da secretaria requisitante, e os produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde: Rua Joaquim Plácido Barbosa, nº 303.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do mesmo.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Supervisionar a entrega do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;



- f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos produtos a serem fornecidos.
- h) Efetuar o pagamento devido pela perfeita entrega do produto solicitado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do empenho.
- i) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- j) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- k) Atuar com poder de império suspendendo o recebimento dos produtos sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- m) Rejeitar os produtos em desconformidade com o presente instrumento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

- a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



- f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- g) Realizar a entrega dos produtos em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração – ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

11. DAS SANÇÕES

11.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARAVAL/MG
CNPJ: 17.894.056/0001-30



- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Claraval/MG, 14 de novembro de 2024.

Dione Felipe Cintra de Andrade
Secretario Municipal de Saúde